

Do comércio com as Musas: valor e projeto n' *Os Lusíadas* e Manuel de Freitas

Ana Beatriz Affonso Penna¹

RESUMO: Este artigo objetiva abordar a noção de valor existente n' *Os Lusíadas* e na poesia de Manuel de Freitas. Ao salientar como a discussão de valor n' *Os Lusíadas* congrega elementos de caráter dialético e até contraditório, ambiciona-se demonstrar a capacidade do poema de irradiar diferentes projetos e valores ao longo da história tanto literária quanto social dos países lusófonos.

Palavras-chave: Valor; Poesia, Luís Vaz de Camões, Manuel de Freitas.

ABSTRACT: This article aims to approach the notion of value in *Os Lusíadas* (*The Lusiads*) and Manuel de Freitas' poetry. By highlighting how the discussion of value in *Os Lusíadas* brings together dialectical and even contradictory elements, this paper intends to demonstrate the capability of the poem to radiate different projects and values throughout the literary and social history of Portuguese speaking countries.

Key words: Value, Poetry, Luís Vaz de Camões, Manuel de Freitas.

Texto fundamental da cultura portuguesa, *Os Lusíadas*, ao longo dos séculos de leitura percorridos, foi amplamente manuseado conforme distintos interesses existentes na realidade social. Moeda de troca, foi tomado tanto pelos republicanos como pelos salazaristas no que tange à valorização da identidade nacional e à empreitada colonialista, objetivando suscitar entre os portugueses uma sensação de pertença que se converteria na lealdade dos indivíduos ao Estado-Nação. Já alvo de apaixonado estudo por Jorge de Sena, *Os Lusíadas*, como as obras de Camões

¹ Ana Beatriz Affonso Penna é mestranda em Estudos de Literatura na Universidade Federal Fluminense.

em sua totalidade, converteram-se para o poeta em símbolo da língua e do próprio ser de Portugal, servindo de matéria às ácidas denúncias do autor à deturpação salazarista de toda a história sociocultural portuguesa e à construção idealizada de Camões, seja pelo fascismo nacional, a igreja católica tradicional ou os acadêmicos. Considerada a epopeia portuguesa por excelência, em seu objetivo de cantar o feito empreendido pelas “armas e os Barões assinalados (...) / Por mares nunca de antes navegados” (Lus, I, 1, 1-3), *Os Lusíadas* carrega em si uma reflexão, em poesia, que, ao congregar elementos de caráter dialético e até contraditório, é capaz de irradiar diferentes projetos e valores ao longo da história tanto literária quanto social dos países lusófonos.

Na nota introdutória do prefácio da antologia *Poetas sem qualidade*, Manuel de Freitas, poeta português contemporâneo pilar na defesa de uma nova dicção lírica, ao relatar as circunstâncias do surgimento da antologia mencionada, revela que a sugestão nasceu de um encontro com um amigo no largo Camões – “o poeta português a quem mais qualidades são reconhecidas (até ou sobretudo pelos que nunca o leram)” (FREITAS, 2002, p. 6). Apontamento de suma importância para pensar as ressonâncias de Camões nas poéticas a partir do fim do século XIX até a contemporaneidade, o prefácio, que se segue à nota, apesar de atacar com ferocidade certa tradição poética portuguesa, em especial pós-pessoana, conserva o nome de Camões intacto. As tantas qualidades reconhecidas em Camões, principalmente por aqueles que não o leram ou o mal fizeram, é para Freitas não defeito do poeta, mas resultado de uma crítica aureolada dada ao gosto por “anacronismos e ourivesarias” (FREITAS, 2002, p. 12).

“Palavras sem açúcar/ nem café, é forte o peso camoniano do primeiro/ encontro” (FREITAS, 2004, p. 23), como assinala Manuel de Freitas no poema *Pastelaria Lusíadas* do livro *Blues for Mary Janes*. E ainda que Freitas e Ruis Pires Cabral – poeta a quem dedica o poema – sejam “avessos a soluços épicos,/ ao rigor da claridade,/ às fúteis manobras da sombra” (FREITAS, 2004, p. 23), a epicidade, naquilo que concerne ao impacto cru, por isso sem açúcar e sem café, perpetua-se ainda nesta geração no encontro com o épico camoniano, assim como no nível do encontro entre os poetas, como aponta Luís Maffei em seu artigo *O vate de Freitas ou “Camões decerto não se importará”* (MAFFEI, 2005, p. 316). Pois Camões, fonte de

perplexidade e inquietação, é nome decisivo para os poetas sem qualidades, os quais, sem cair na referência laudatória vazia das suas muitas qualidades, com agudeza, fazem pulsar a cicatriz que em Camões já era pungente no enfrentamento com seu tempo.

Uma das reflexões centrais na poética de Manuel de Freitas, motivo pelo qual se estrutura toda uma argumentação por uma poesia sem qualidades, é a questão da mercadoria. “Ao homem reificado, cabe um tempo – e também, cada vez mais, um espaço – sem qualidades” (FREITAS, 2002, p. 10), anuncia o poeta. Contra um culturalismo autossuficiente, Freitas defende o compromisso da lírica com o seu meio social, utilizando o exemplo de Baudelaire para salientar a indissociabilidade entre o poeta e o seu tempo, surgindo daí uma responsabilidade estética. A poesia, queira-se ou não, segundo Freitas, enquanto uma realidade histórica, não pode escapar dos condicionamentos do seu tempo, exigindo poetas sem qualidades para um tempo também sem qualidades. No entanto, isso não significa dizer que os poetas, em total consonância com a lógica mercantil, deveriam vender sua escrita a um gosto rentável, pois o que torna o momento em que vivem desprovido de valor são sim as muitas qualidades atribuídas aos produtos diariamente oferecidos. Inversão de valores, é melhor e mais digno não ser um poeta de qualidades, uma vez que qualquer tentativa de resistência à ausência de qualidades da contemporaneidade seria quase como um engodo, “uma solução caridosa e demasiado complacente”, nas palavras de Manuel de Freitas (FREITAS, 2002, p. 12).

Assim, uma poesia sem qualidades, como a praticada pelo autor do prefácio, seria aquela que ao negar se conservar pura das influências externas de um tempo mercantil, aceitaria ser um espaço de canibalização recíproca – uma espécie de zona de mixagem entre a esfera da tradição poética e a da realidade reificada, com suas referências à cultura *pop*, seus cortes cinematográficos, linguagem radicalmente coloquial e/ou popular, motivos aparentemente banais e, até, alta produtividade, como se observa no caso de Manuel de Freitas, cuja velocidade na publicação de títulos faz lembrar uma linha de produção em série. Comprometida com a vida e com a experiência, a poesia preconizada por Freitas debruça-se, a partir de uma vivência radicalmente urbana, sobre os modos de habitar seu tempo e espaço, exercendo, com escárnio e muitas vezes angústia, uma intensa reflexão crítica a respeito do valor na sociedade

contemporânea. Valor e experiência: tópicos fulcrais para pensar as não-qualidades dos poetas contemporâneos, ou diria as qualidades de Camões?

Na proposição d' *Os Lusíadas*, o vate anuncia que cantará os “perigos e guerras esforçados,/ Mais do que prometia a força humana” (Lus, I, 1, 5-6), enfrentados pelos viajantes portugueses em sua primeira navegação à Índia, assim como as “memórias gloriosas/ Daqueles Reis, que foram dilatando/ A Fé, o Império, e as terras viciosas/ De África e de Ásia andaram devastando” (Lus, I, 2, 1-4), O poeta, em sua missão de cantar o enorme feito empreendido pelo homem, por isso, a condição humana, esbarra pois com outro valor, o da expansão mercantilista. O projeto, já amaldiçoado pelo Velho do Restelo, o qual antevê as consequências trágico marítimas da empresa, não possui fácil conciliação com o valor do homem ao longo do poema, pois o dinheiro, que até a liberdade de Gama compra, “faz trédoros e falsos os amigos; (...) corrompe virginais purezas (Lus, VIII, 98, 2-5), causa os perjúrios entre a gente” (Lus, VIII, 99, 3), sendo, de acordo com esses versos, incompatível com a grandiosidade do ethos proposto pelo poema.

Ainda enraizado em uma ideologia feudal, o narrador d' *Os Lusíadas* apregoa as responsabilidades da nobreza com o povo e o bem da pátria acima da cobiça pelo dinheiro, sem, contudo, desfrutar da visão histórica que o permitiria ver como tal proposição cada vez mais tornar-se-ia descabida frente à queda do regime feudal e a ascensão da burguesia. Mas, mesmo sem contar com o privilégio dos tempos, Camões foi suficientemente perspicaz para perceber que um “outro valor mais alto” se alevantava (Lus, III, 3, 8). Maneirista, lascivo, dialético, desterrado e derrotado, o Camões d' *Os Lusíadas* escreve a perplexidade do seu tempo, um momento de transição para um novo ideário de mundo assim como para um novo modo de produção. Perplexidade a mesma que sonda os poetas sem qualidades diante de um novo regime de organização social e econômica, denominado pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman como Modernidade Líquida.

Esse regime, segundo Bauman, caracterizado pela liquidez dos valores, das instituições e dos sentimentos humanos, contrapõe-se à Modernidade Sólida pelo fim de práticas sociais e instituições que possam garantir aos indivíduos referenciais para sua ação, pois esses já não mais

possuem tempo para se solidificarem. Ainda a refletir sobre como as práticas e concepções de tempo e espaço estão intrinsecamente atreladas aos modos de produção e formação sociais, poder-se-ia levantar a hipótese que Camões, assim como os poetas sem qualidades, ao vivenciar a transição para um novo modo de organização social e econômica, sente, em suas devidas proporções, a insegurança e desconforto provenientes da mudança para um novo regime de percepção e ordenação do valor, assim como do espaço e tempo, sendo a mudança dos últimos possivelmente traduzida no poema pela ideia de movência e perecibilidade da vida humana. “Bicho da terra tão pequeno”, onde terá segura a curta vida? (Lus, I, 106, 8)

Conquanto, cabe ainda mais uma vez ressaltar a abertura de Camões para tratar das inquietações do seu tempo sem cair em maniqueísmos, optando pelo contraditório, pelo precário. O peito ilustre lusitano será o mesmo cristão sanguinolento anunciado por Baco, que, mesmo ao vencer os mouros de Moçambique, não se contenta, “mas, seguindo a vitória, estrei e mata;/ A povoação, sem muro e sem defesa” (Lus, I, 90, 2-3). A fim de realizar a empresa marítima, a qual desde a proposição do poema já revela seu caráter colonial e mercantil, o poeta, mesmo diante da barbárie nos mares, como em solo português, branda o feito, que na terra do Ganges vai buscar tributos. Pois ainda que os de Luso “a lei da vida eterna dilatais” (Lus, VII, 3, 4), são inúmeras as referências ao caráter comercial da empreitada. Assim, poder-se-ia dizer que existe n’ *Os Lusíadas* um Camões que reconhece a validade da procura por riquezas do projeto e nisso consegue encontrar objeto de glória para o canto, como também um outro Camões que na cobiça portuguesa avista uma ameaça ao valor humano e da arte. Cabe em verso tão sublime preço? (Lus, I, 90, 2-3) – já se perguntava Camões.

Em “Camões Burger”, de *Game Over*, Manuel de Freitas assinala o caráter mercantil existente n’ *Os Lusíadas* e a recusa por alguns em aceitar o prazer carnal atrelado à imagem do poeta símbolo da pátria – exemplo de moral e civilidade a ser seguido:

É conforme. Já lá vão mais de
quatrocentos anos de tal “conversa
fiada” que poucas penélopes encontrou.
Para alguns, doutos e moralíssimos,
o comércio com as musas não era compatível

com fodas de foder bem dadas, em redondilhas
um pouco maiores do que eles, os necrófagos de serviço.

Os tempos mudaram, claro (e as vontades foram
encontrando novos alvos), mas a comédia dos ossos
veio para ficar, incerta, numa praia
insigne de enganos e misérias.

Agora, num intervalo cibernáutico medido
pela ignorância pública, lembram-se
d'O Poeta e de uns versos que a memória canta,
propícios às presidências que tão mal presidem.

São gajos novos, ou nem tanto assim,
místicos do “progresso” em que seus redondos
cus assentam, isto é, sobre um povo analfabeto e tudo
que ainda não lê nem sonha a pátria que foi, apenas, pretexto.

Porque um homem, por menos que valha,
valerá sempre mais do que esse conluio
de gestos sem alma dentro. A pátria,
meus senhores a pátria, foi esse ocidental
falo lusitano que gostava como Pessoa
de vinhos e de ironia fera. O resto foi cuspir,
cuspir raro na inércia e no inconclusivo ardor
com que um país em saldo se cumpre.

(FREITAS, 2002, p. 45-6.)

Freitas, ao mencionar “o comércio com as musas”, simultaneamente aponta para a intenção lucrativa da viagem, escamoteada tantas vezes em nome da glória, como para a dimensão mercadológica existente no fazer poético, completamente ignorada ou refutada a fim de ser conservar a aura do objeto estético. No entanto, a advocação no poema pelo reconhecimento dessa dimensão não tem como foco autorizar o ganha-pão dos poetas através da poesia, uma vez que a poesia não desfruta de nenhuma rentabilidade em tempos sem qualidades. E ainda que, a meu ver, Freitas não enxergaria com maus olhos os poetas que obtêm o sustento pela escrita, é com orgulho que reitera as palavras de Helberto Helder, ao afirmar que “não há por aí as máquinas maternas de produzi-los serialmente” (HELDER apud FREITAS, 2002: 9), distinguindo-se dessa forma a adaptabilidade dos poetas aos valores do mercado da dos romancistas. Pois para Manuel de Freitas o que interessa salientar é a indissociável ligação da poesia com o meio social, sendo necessário reconhecer a dimensão mercadológica que existe em arte até para lucidamente enfrentar a censura do econômico. Em uma sociedade tão reificada,

proclamar a independência da arte em relação ao dinheiro torna-se uma postura ingênua ou intencionalmente de aparente inocência. O dinheiro é uma realidade e não se vive sem ele, o que significa pensar que o discurso de autonomização da arte em relação ao meio social que a compõe, em verdade, contribui muitas vezes mais para a soberania do mercado sobre o objeto estético do que para a sobrevivência de uma arte que ainda possa respirar mais folgada das necessidades mercadológicas, as quais há muito deixaram de corresponder as reais necessidades humanas para transformarem-se em instrumento de domesticação dos corpos e desejos. E não será apenas coincidência tantos dizeres sobre a arte como uma questão de vocação, inspiração e amor, segregando-a dessa forma da economia do cotidiano e assim autorizando a ausência de recursos para a sua produção e circulação.

Dessa forma, ao aludir à dimensão comercial existente na arte e na empreitada marítima, Freitas chama a atenção para um Camões que optou por não sublimar essas esferas, reconhecendo-as como autênticas para figuração em seu fazer poético. Poeta que elege a experiência como forma privilegiada de conhecimento, não falar e refletir sobre o dinheiro em favor de uma estética do sublime que desautoriza a percepção proveniente da matéria seria como amputar à poesia de Camões parte da vida ou cegá-la do olho que lhe restara. Pois embora o dinheiro figure por vezes n' *Os Lusíadas* como pertencente a uma ordem maligna, Camões, que viveu pobre e, miseravelmente, assim morreu, não esconde n' *Os Lusíadas* a pobreza avorrecida em que se encontra e a necessidade de recompensa material para o seu canto. Nem só de pão vive o homem, mas também não só de espírito. E assim não é surpresa que, em suas lamentações a respeito da pouca estima dedicada à arte, a questão do valor monetário se levante.

No início do canto X, em meio as profecias dos grandes feitos dos portugueses no Oriente por uma ninfa das Ilha dos Amores, comparece ao texto, em som “ronco e entristecido” (Lus, X, 22, 2) a menção ao militar Flávio Belisário, um dos grandes generais do Império Romano do Oriente, que, talvez devido à falta de atenção ocidental à história bizantina, não se tornou tão famoso quanto Júlio César. Injustiçado pela história e também por seus contemporâneos, o general, apesar de sua notoriedade, morreu pobre. Autoimagem do poeta, Belisário, que teve suas necessidades materiais cerceadas, no poema recebe o valor devidamente merecido pela Musas,

invertendo-se por poesia a economia mercadológica vigente – tópico a que me deterei mais tarde. Mas, por agora, importa salientar como a recompensa material é também medida, portanto valor, de reconhecimento dos bravos feitos e nobreza n’ *Os Lusíadas*. Pois ainda que o poema seja o maior valor para Camões, de forma a subjugar o fato histórico a uma verdade poética², *Os Lusíadas*, apesar da lei da morte ir se libertando, não o faz da lei da vida. De modo que existe em Camões a consciência da necessidade da experiência para o fazer poético, portanto da vivência do dinheiro enquanto valor a que a vida dos homens está submetida – embora não rara seja a estranheza com que o poeta encare essa relação, fazendo-nos ver o desconcerto que existe entre o valor do dinheiro, do homem e da arte.

“Camões burger”, cujo título já sugere o mau consumo do poeta, reitera uma vertente seniana de recuperação e consequente humanização da memória de Camões que objetiva a crítica da apropriação do poeta por projetos deturpadores de sua poesia. Os *burgers*, exemplo maior da comida *fast food*, os quais podem ser preparados e servidos rapidamente, apesar de desfrutarem de preço modesto, possuem qualidade nutricional baixíssima. Consumidos como hambúrgueres de uma rede *fast food*, os versos camonianos, ainda tão “propícios às presidências que tão mal presidem”, continuam, mesmo depois de “quatrocentos anos de tal ‘conversa fiada’”, a servirem a “místicos do ‘progresso’” de “um povo analfabeto”.

Em oposição ao “comércio com as musas e as fodas de foder bem dadas”, as palavras “místicos” e “progresso” remetem a um baixo teor de materialidade. Assentes na fé de uma racionalidade progressista, fonte para a constituição cultural, política e filosófica da Modernidade Ocidental, os “místicos do ‘progresso’” renegam em Camões a fisicidade dos seus versos,

² Tendo-se em mente o lugar das ficções para a construção de regimes de verdade (Ver PELLEJERO, 2008, p.2), atestada a veracidade dos eventos narrados pelo poema, episódios como o do Adamastor ou Ilha dos Amores passam a integrar o imaginário português da história das grandes navegações, tornando-se assim simbolicamente verdadeiros:

Ouvi, que não vereis com vãs façanhas,
Fantásticas, fingidas, mentirosas,
Louvar os vossos, como nas estranhas
Musas, de engrandecer-se desejosas:
As verdadeiras vossas são tamanhas,
Que excedem as sonhadas, fabulosas (...).
(Lus, I, 11, 1-6)

tornando-o alimento insosso. Em defesa do homem que foi Camões e do valor de todo homem, que “por menos que valha,/ valerá sempre mais do que esse conluio/ de gestos sem alma dentro”, Freitas, em conformidade com seu projeto poético, evidencia a aparente ausência de qualidades presentes no clássico e a necessidade de afirmá-la a fim de se recuperar o valor integral do homem e da poesia, os quais não podem ser dissociados das condições materiais de uma época. Contra a inserção de Camões na lógica de consumo mercantil do *fast food*, através de um tratamento do poético que escamoteia a materialidade, ergue-se uma poesia que restaura a dimensão do valor econômico, problematizando sua relação com a arte e com o mundo.

Ainda a falar da questão do valor da arte frente à realidade sócio-histórica, vale mais uma vez ressaltar a relação de dependência do fato histórico à poesia n’ *Os Lusíadas*, existindo assim uma verdade poética que estabelece a perspectiva histórica do poema. O discurso histórico, enquanto um construto pautado em sistemas de exclusão, conforme aponta Michel Foucault, exerce uma espécie de pressão ou coerção sobre certas versões de verdade em prol de outras (FOUCAULT apud PELLEJERO, 2008, p. 2), constituindo-se uma forma de poder. Camões, consciente da dimensão ética existente na estilização da existência, ao inscrever a história do início das grandes navegações portuguesas n’ *Os Lusíadas*, milita, com uma “mão sempre a pena e noutra a espada” (Lus, VII, 79, 8), por um Portugal que não se esqueça do “suor da servil gente” (Lus, VII, 86, 4), de todos aqueles que com suas vidas permitiram ao Estado-Nação a expansão marítima.

Mesmo derrotado como Baco, o maior inimigo do projeto expansionista, Camões, encerra seu poema com conselhos ao Rei D. Sebastião sobre o bem governar da pátria, demonstrando a imensa responsabilidade discursiva presente no poema, a qual força o poeta, mesmo depois da célebre estância “No mais, Musa, no mais”, a prosseguir o seu canto. Mas são muitas as estâncias n’ *Os Lusíadas* destinadas a considerações e conselhos políticos, no que se entende em política por atividade que se ocupa de assuntos públicos. A própria dedicatória a D. Sebastião no início do poema é seguida do conselho do poeta que, com toques de repreensão e ousadia, clama ao rei que tome as rédeas do reino e preste atenção aos inimigos mouros, territorialmente tão próximos. Conselho reiterado pelo Velho do Restelo, existe n’ *Os Lusíadas*, como aponta a especialista em

Camões, Cleonice Berardinelli, uma consciência da tragicidade das consequências históricas e do significado humano do projeto (BERARDINELLI, 2000, p. 33). O mesmo poder-se-ia dizer da urgência de uma política focada na metrópole portuguesa e não em seus territórios ultramarinos:

Deixas criar às portas o inimigo,
Por ires buscar outro de tão longe,
Por quem se despoe o Reino antigo,
Se enfraqueça e se vá deitando a longe;
Buscas o incerto e incógnito perigo
Por que a Fama te exalte e te lisonje
Chamando-te senhor, com larga cópia,
Da Índia, Pérsia, Arábia e de Etiópia.
(Lus, IV, 101, 1-8)

O episódio do Adamastor, situado no canto V, por isso na metade do poema, narra a superação pelos portugueses do antigo Cabo das Tormentas, ponto de ligação entre o Oceano Atlântico e o Oceano Índico, portanto, caminho para a cobiçada Índia. Traído pelo próprio discurso amoroso, Adamastor, o gigante transformado em cabo, dissipa-se no sofrimento por seu amor rejeitado, permitindo aos navegantes desvendar a desejada parte oriental. No entanto, ainda que vitoriosos na superação do obstáculo, a primeira fala do gigante direcionada aos portugueses é uma das mais poderosas reprimendas a respeito da vaidade do projeto expansionista presentes no poema:

E disse: – «Ó gente ousada, mais que quantas
No mundo cometeram grandes cousas,
Tu, que por guerras cruas, tais e tantas,
E por trabalhos vãos nunca repousas,
Pois os vedados términos quebrantas
E navegar meus longos mares ousas,
Que eu tanto tempo há já que guardo e tenho,
Nunca arados d' estranho ou próprio lenho;
(Lus, V, 41, 1-8)

Marco simbólico e histórico da viagem, o Adamastor, ao mesmo tempo que canta a glória e bravura do feito português, por mares “nunca arados d’estranho ou próprio lenho”, também desvela a potência elegíaca d’ *Os Lusíadas*, seja pelos naufrágios antevistos, a anunciada vã cobiça da empresa ou pela impossibilidade da parte desejada que o gigante nunca mais tornará a ter. Parte desejada que, no caso português, já em meados do século XVI, começa a dar sinais de falência, uma vez que Portugal, diante dos prejuízos da rota e da ausência de infra-estrutura interna para apoiar as carreiras das Índias, passa a ser incapaz de opôr-se à concorrência externa. De modo que a glória da empreitada, responsável pela maior parte da receita da Coroa portuguesa no século XVI, em breve perde seu esplendor, já que se torna economicamente inviável.

No entanto, para além de uma ética voltada para a administração da pátria e da vida dos homens em sua concretude material mais aparente, observa-se em Camões a existência do alargamento da dimensão política afora sua acepção mais usual, de forma a recuperar o matrimônio entre o ético e o estético. Como Rancière salienta em seu livro *A partilha do sensível*, existe já “na base da política uma estética primeira”, ou seja, um modo de, ao mesmo tempo, dividir e compartilhar a experiência sensível comum, assim como existe nas práticas artísticas uma essencial dimensão política, uma vez que essas são formas modelares de fazer, visibilidade e distribuição do comum (RANCIÈRE, 2005: 25).

De significativa importância para a compreensão da relação ética-estética n’ *Os Lusíadas*, os excursos do poeta referentes ao seu descontentamento com a administração da pátria e os bens mal repartidos são, com frequência, iniciados por denúncias ao pouco valor dado à arte. Assim, há uma maneira de fazer da arte camoniana que não coincide com as maneiras de fazer da empresa expansionista e do governo no poema. A epopeia, em risco pelo pouco apreço dado ao verso e à rima pela nação portuguesa, não conta com “doutos e cientes” capitães (Lus, V, 97, 2) para a realização do feito, como no caso dos clássicos. De modo que Gama, o qual “nem quem na estirpe seu se chama,/ Calíope não tem por tão amiga” (Lus, V, 99, 5-6), apenas pelo muito amor à pátria que obriga as Musas possui “na lira nome e fama” (Lus, V, 99, 3). Ásperos, austeros e rudos (Lus, V, 98, 6-7) há entre os modos de ação e distribuição do comum da pátria e os da arte camoniana um enorme abismo pelo qual o poema ameaça cair a todo instante:

Nô mais, Musa, nô mais, que a Lira tenho
Destemperada e a voz enrouquecida,
E não do canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida.
O favor com que mais se acende o engenho
não no dá a pátria, não, que está metida
no gosto da cobiça e na rudeza
duma austera, apagada e vil tristeza
(Lus, X, 145, 1-8)

Luis Maffei, ao analisar o poema *Spot* em sua comunicação *O público contra a publicidade em Manuel de Freitas*, em 2010, no Seminário Nação-Invenção, assinala a urgência de pensar em coisas públicas a que os poemas de Manuel de Freitas obrigam. O poeta, que, segundo Maffei, faz política desde o início da publicação de sua obra (*Todos contentes e eu também* – 2000), tem como uma das maiores preocupações de sua poesia, como diria Antonio Guerreiro, a reflexão sobre as várias “situações que definem um modo de habitar a cidade” (GUERREIRO, 2003, p. 69), portanto, as várias formas de experiências sensíveis comuns possíveis de serem vivenciadas no espaço urbano, lugar por excelência do público, do fazer entre os homens.

Com a mesma agudeza presente no prefácio da antologia *Poetas sem qualidade*, Manuel de Freitas em toda sua poética advoga por um projeto lírico que busca uma nova posição frente à tradição literária que o antecede, preconizando uma diferente relação da lírica com o meio social, como já anteriormente indicado. Ainda que descrente da eficácia do poder transformador da linguagem frente a outros instrumentos de maior prestígio – “um poema, / infelizmente, não é uma arma química”. (FREITAS, 2007, p. 113) – Freitas adota uma poética combativa a aquilo que Joaquim Magalhães nomeou como o “quotidiano cinzento que vive de fins-de-semana marítimos e de descidas a bares onde se finge alegria” (MAGALHÃES, 1981, p. 366), filiando-se, dessa maneira, tanto à poética de Joaquim Magalhães, conforme já abertamente assinalado por

Freitas no prefácio da antologia *Poetas sem qualidade*³, como também a uma vertente seniana, a qual encara a atividade poética pela ética do testemunho.

Imersa em uma realidade cuja “a maior causa de perturbação cultural é a morte” (MAGALHÃES, 1981, p. 362), como afirma Joaquim Magalhães ao discorrer sobre a censura do econômico sobre as práticas artísticas e a morte de Vítório Nemésio, Jorge de Sena e Ruy Belo, a poesia de Manuel de Freitas depara-se com o mesmo ambiente hostil à lírica presente n’ *Os Lusíadas*. Em um mundo em que os indivíduos em estado extremo de vulnerabilidade são lançados ao caos de uma sociedade reificada, cujas relações encontram-se falidas, a vida torna-se um dever inosso, sem sentido, e a morte a melhor metáfora social. Assim, Manuel de Freitas, ao eleger a morte enquanto seu signo mais insistente, parece querer assinalar não só a aflição humana por sua condição fugaz, como também a corriqueira morte em vida a que os indivíduos estão submetidos, com suas imagens de apatia, impotência e desesperança. Fechada a possibilidade de uma lírica do sublime, do grandiloquente, a poesia, vista então como um simulacro da experiência viva, dá voz à manifestação do circunstancial e particular, atendo-se à expressão das “pequenas” coisas que em nosso cotidiano são capazes de despertar uma impressão célere e intensa.

Herdeiros da tradição da pequenez em literatura portuguesa, conforme menciona Luis Maffei em seu artigo *O vate de Freitas ou “Camões decerto não se importará”* (MAFFEI, 2005, p. 313), os poetas sem qualidades não hesitam em afirmar em sua poesia a potência do pouquinho, da queda, que já no grande épico português faz aparição em seus primeiros versos. A grandeza do épico, ameaçada a desabar, equilibra-se com dificuldade sobre as condicionais do poema. Apenas “se a tanto (...) ajudar o engenho e arte” (Lus, I, 2, 8) e “se tão sublime preço couber em verso” (Lus, I, 5, 8), o poeta espalhará a glória dos portugueses por toda parte, caso contrário, simplesmente não o fará. Assim, recuperando na tradição literária portuguesa o pequeno como uma maneira de fazer, Manuel de Freitas ao converter em matéria de poesia o banal do cotidiano e o resto, propõe uma outra economia – uma economia poética que escape das

³ “Porém, se quisermos a cicatriz pungente de um tempo que é o nosso e das cidades e perfídias que nos matam, é à poesia de Joaquim Manuel Magalhães que teremos de recorrer” (FREITAS, 2002: 13).

qualidades preconizadas pelo fetiche da mercadoria. Inversão de economia que em Camões encontra no amor o seu maior valor.

Matéria de que o canto camoniano é feito e também maior motivo da epopeia, é por amor que Vênus defende, no Olimpo, a causa dos portugueses e oferece a esses como prêmio da viagem a Ilha dos Amores – recompensa para os navegantes que foram materialmente ou/ e honrosamente deixados para trás pelo projeto. Vênus, que tem na língua portuguesa sua predileção, apontando assim as similaridades entre a linguagem e o ato amoroso, aos portugueses, dá “nos mares tristes alegrias” (Lus, IX, 18, 8). Revolução pelo amor do mar, e conseqüentemente do projeto, Vênus, deidade gerada pelas espumas do oceano, inverte a lógica mercantil do projeto em favor de uma ética da delicadeza, que busca no feminino, no prazer do corpo e na arte, uma nova política econômica. “Abre a romã, mostrando a rubicunda / Cor, com que tu, rubi, teu preço perdes” (Lus, IX, 59, 1-2). Fruta consagrada a Vênus, a romã, símbolo da fertilidade feminina e atividade sexual, assim como anagrama da palavra amor, desfruta de maior valor que o rubi, preciosidade pertencente ao projeto masculino expansionista, repleto de guerras cruas e vã cobiça.

Mas se, em Camões, o corpo erótico dos movimentos pulsionais de vida, tais como teorizados por Freud, prevalece sobre o corpo para a morte, o mesmo não se pode dizer das figurações do corpo em Manuel de Freitas. O corpo de Freitas é “matéria de desastre, pronúncia errada” (FREITAS 2002, p. 79), “centro exacto do pavor e do desejo” (FREITAS 2003, p. 43), “pés acentuadamente azuis / - fétidos, sem dúvida alguma” (FREITAS 2001, p. 67). De modo que a figuração de corpo n’ *Os Lusíadas* que coincide com a presente na obra de Manuel de Freitas é a do escorbuto, a do horror frente ao corpo destinado à doença e sepultura:

“E foi que de doença crua e feia,
A mais que eu nunca vi, desamparam
Muitos a vida, e em terra estranha e alheia
Os ossos para sempre sepultaram.
Quem haverá que, sem o ver, o creia?
Que tão disformemente ali lhe incharam
As gengivas na boca, que crescia
A carne, e juntamente apodrecia.

"— Apodrecia com um fétido e bruto
Cheiro, que o ar vizinho inficionava;
Não tínhamos ali médico astuto,
Cirurgião subtil menos se achava;
Mas qualquer, neste ofício pouco instructo,
Pela carne já podre assim cortava
Como se fora morta, e bem convinha,
Pois que morto ficava quem a tinha.
(Lus, V, 81-82)

Em “Dentes podres em Lisboa”, poema de Freitas do livro *Os Infernos Artificiais*, 2001, o eu lírico narra em poesia uma pequena história sobre um poeta medíocre que, depois de abolir a composição de poemas de amor, percebeu, sem demora, que não havia razão de ser se não existissem os poemas de amor, ou que se tornaria um poeta ainda mais medíocre do que usualmente se não os escrevesse, chegando a uma epifania:

As palavras afluíram-lhe então
como um vômito frio e cansado,
dentes podres de uma musa
«que já foi com todos»
e com ele também.
(FREITAS, 2001, p. 41)

Dessa forma, observa-se que o amor, que em Camões é movência, louvor à matéria, portanto à condição humana, em Freitas, ainda que essencial, é mais como uma obrigação “aos sítio húmidos, demandados / em vão” (FREITAS, 2007, p. 40). Desprovidos de erotismo e beleza, as imagens do corpo e do amor, últimos lugares de repouso e superação para a incapacidade do sujeito contemporâneo de fixar uma identidade (SOLOMON apud NASCIMENTO, 2006, p. 73), convertem-se em uma taxonomia de patologias, perdendo a possibilidade de figurarem enquanto espaços de utopia, como ocorre no poema camoniano. “Dentes podres de uma musa / «que já foi com todos»”, Freitas, ao executar um salto das camadas semânticas de um conteúdo de imagens tradicional para um radicalmente novo, obtém um violento fenômeno de estranhamento. Estranhamento que permite ao poeta o cumprimento de sua proposta por uma poesia sem qualidades, promovendo um tratamento diferenciado de temas poéticos já tradicionais, como também do passado literário, em que Camões e sua discussão n’ *Os*

Lusíadas acerca do valor ocupam papel de destaque. “– Musa hepática e desleal” (FREITAS, 2001, p. 59) – outro valor “mais baixo” se levanta.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BERARDINELLI, Cleonice. *Estudos Camonianos*. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. 4 ed. Lisboa: Instituto Camões, 2000.

FREITAS, Manuel de. *Os Infernos Artificiais*. Lisboa: Frenesi. 2001.

_____. O tempo dos poetas. In: ____ *Poetas sem Qualidades*. Lisboa: Averno. 2002.

_____. *Blues for Mary Jane*. Lisboa: & etc. 2004.

_____. *Portugal: 0*. v. 1. Edição, seleção e curadoria da coleção Luis Maffei. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2007.

GUERREIRO, Antonio. Um pouco de vida, um pouco de poesia. *Telhados de vidro 1*. Lisboa: Averno, novembro de 2003.

NASCIMENTO, Priscilla Porto. *A relação ética da arte na sociedade do espetáculo*. Niterói: EdUFF, 2007.

MAFFEI, Luis . O vate de Freitas ou Camões decerto não se importará. *Gragoatá*. Niterói: EDUFF, v.18, 2005, p. 307-320.

MAFFEI, Luis. *O público contra a publicidade em Manuel de Freitas*. VIII Seminário Nação-Invenção: literatura e leitura. 2010.

PELLEJERO, Eduardo. A conjura dos falsários. *Humanidades em revista*. Ijuí: UNIJUÍ, 2008, p. 11-35.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2005.